



moção R

REINVENTAR O BLOCO

REINVENTAR O BLOCO

1. VENCER A CRISE É DERROTAR O CAPITALISMO

1.1. **A presente crise é uma crise das políticas liberais desenhadas para defender as taxas de lucro.** Foram os processos de privatização e desregulação do setor financeiro, realizados ao longo das últimas décadas, que a despoletaram. O endividamento dos Estados para resgatar bancos e instituições financeiras fez disparar as dívidas públicas dos países, provocando um aumento exponencial das taxas de juro e da dívida.

1.2. **A resposta dominante não foi pôr em causa o pagamento da dívida e o funcionamento do sistema financeiro e económico** mas sim realizar "reformas estruturais" que consistem na fragilização dos vínculos laborais e na degradação e privatização dos serviços públicos. Ou seja, a política neoliberal continuou a transferir poderes (políticos e económicos) para a finança, caminho determinado pela promiscuidade entre empresários e empresas e alguns governantes ou ex-governantes, o que resulta num sequestro da própria democracia por parte de uma mafia manipuladora.

1.3. **Esta crise é, sobretudo, uma crise do sistema económico** que revela a capacidade do capitalismo de destruir o mundo que conhecemos em nome da acumulação de capital. Assim, socialismo ou barbárie é cada vez mais a escolha que temos pela frente. Hoje, a barbárie não é apenas uma previsão longínqua, mas o retrocesso civilizacional que nos traz não só a agudização do conflito capital-trabalho como também a do conflito capital-vida, no qual os riscos dos mercados são socializados ao mesmo tempo que os bens comuns (saúde, educação, água...) necessários a uma vida digna, estão a ser privatizados.

1.4. Face a estes desafios, **a esquerda terá de se**

reinventar a si e aos seus compromissos, aos critérios para todas as unidades necessárias, o que significa construir simultaneamente práticas de democracia radical e um programa socialista para resistir, para ganhar uma maioria social, para responder a todas as crises sem ambiguidades.

1.5. Para essa finalidade, **o processo de construção vale tanto como o próprio programa.** Daí que a ética revolucionária da decisão coletiva, sem privilégios e sem burocracias, sem hierarquias que remetem uns para posições hegemónicas e outrxs para a passividade de uma participação amputada de sentido e a igualdade radical da distribuição, não possam ser metidas na gaveta. Daí que todas as lutas pela emancipação e dignidade humana tenham de estar em primeiro plano, que os direitos das minorias tenham de valer tanto como os das maiorias.

Assim, vencer a crise é derrotar o capitalismo. E só será pragmático o socialismo que saiba ser programático, que trabalhar hoje para uma sociedade livre, de produtores livres, instituições controladas democraticamente, associação de Estados que respeitem a vontade popular e a soberania, direitos humanos universais, um conhecimento público e investimentos que respeitem a biodiversidade.

2. CRESCIMENTO OU JUSTIÇA SOCIAL

2.1. Porque o produtivismo é um dos elementos que conduz à barbárie, **um programa socialista não pode cair na facilidade de responder de forma acrítica a uma ideia de crescimento económico.** Demasiadas vezes, demasiados economistas comprometidos com a esquerda, utilizam os indicadores de crescimento sem questionarem os modelos que lhes estão subjacentes. E, quase sempre, esses indicadores são os mesmos da economia liberal, de uma conceção do mundo em que o desenvolvimento é medido pelo PIB ou níveis de consumo, pelo dinamismo de mercados ou pelo balanço das trocas comerciais, pelas taxas de emprego e de desemprego sem atender ao tipo de empregos criados.

2.2. **O crescimento não é bom ou mau por si só**, ele pode ou não respeitar o ambiente, pode ou não promover o bem viver, pode ou não significar capacidade futura para construir sociedades mais justas, ele pode ou não significar redistribuição de rendimentos, ele pode até não querer dizer maior produção de riqueza.

Situando-se além do mito do crescimento, a esquerda precisa de abraçar como uma prioridade a inversão do caminho do produtivismo predador do ambiente. Porque só uma economia baseada na valorização do trabalho, na capacidade criativa, na redistribuição da riqueza, nos direitos sociais e na justiça ambiental, pode ser um instrumento contra a crise.

3. DITADURA FINANCEIRA OU DESOBEDIÊNCIA DEMOCRÁTICA EUROPEIA

3.1. **A União Europeia desenhou-se como um projeto de integração dos mercados sob a ditadura do poder financeiro, sem convergência social ou verdadeira unidade.**

3.2. **A crise económica veio não só revelar a fratura exposta entre economias centrais e periféricas como acelerar o desmantelamento do modelo social europeu.** Uma Europa que era tanto uma ilha de direitos sociais como as fronteiras que a cercam. A esquerda não pode esquecer nunca que o outro lado do sonho europeu sempre foi Lampedusa e as mortes no Mediterrâneo, o Frontex e as políticas securitárias.

3.3. Por outro lado, não só os países periféricos são hoje mais pobres, como também **entre os países da Europa Central o equilíbrio de forças alterou-se com um poder da burguesia alemã cada vez mais ostensivo.**

3.4. **Esta Europa em crise dentro da crise ocupa um lugar subalterno face aos Estados Unidos e às suas estratégias mundiais.** O impasse das Primaveras Árabes deu lugar a um crescimento do extremismo religioso que abre possibilidades de

novas cruzadas americanas. Os tambores da guerra ecoam, aumentando a islamofobia e xenofobia no espaço europeu.

3.5. Aliás, também na Europa, **à desagregação do projeto europeu e à ausência de um projeto mobilizador alternativo à esquerda, respondem fenómenos extremistas como o crescimento dos fascismos e dos populismos** os quais, junto com a guerra na Ucrânia, ameaçam reconfigurar mais uma vez o mapa político europeu.

3.6. À consciência de que ditadura financeira transnacional nos rouba democracia deve somar-se a ideia de que **a própria adesão à União Europeia significou um agravamento da dependência e uma restrição das escolhas políticas de Portugal** e dos demais países com economias mais frágeis.

3.7. A questão da moeda europeia deve ser pensada no âmbito destes desequilíbrios estruturais europeus, das consequências políticas de uma renegociação da dívida de acordo com as necessidades do devedor e das limitações à democracia. **O euro é a arquitetura financeira desta Europa colonial que atira para a pobreza a grande maioria das pessoas que nela vivem** ao mesmo tempo que garante a acumulação de lucros aos grandes grupos económicos.

3.8. **À esquerda, o debate sobre o euro tem avançado para a construção de uma síntese agregadora.** De uma lógica estigmatizadora de oposição simples entre saída/permanência, em que a permanência significava a necessidade de uma reforma profunda das instituições europeias e a saída era o modo de escapar ao colete-de-forças do BCE e de promover uma desvalorização cambial que relançasse a economia interna, passou-se a outra fase. Apesar de se manterem diferenças significativas de avaliação de uma saída do euro, estabelecem-se pontes de diálogo importantes. Quer sejamos expulsos se fizermos o que será indispensável fazer ou tenhamos de sair a prazo se as atuais condições asfiantes se mantiverem, quer queiramos sair imediatamente para fazer o que seja indispensável fazer, **há um debate fundamental para**

a esquerda: como impedir que a possibilidade da saída do euro se transforme num pesadelo dominado pela burguesia, como fazê-lo da melhor maneira de acordo com os interesses do povo e com a manutenção da vontade de construção de caminhos comuns.

No campo interno, a permanência no euro não pode ser uma chantagem para justificar a destruição dos serviços públicos e da capacidade produtiva do país. A dívida não pode ser um garrote às escolhas que temos pela frente. Renegociar os prazos de pagamento e os juros, depois de a expurgar da sua componente ilegítima, é a condição para um caminho de justiça económica e de respeito essencial pela democracia. Para além disto, a esquerda não pode abandonar o internacionalismo onde ganha sentido. É necessária a desobediência democrática que responda à subalternização do povo bem como a solidariedade entre os povos dos países do sul que responda à desigualdade. Neste sentido, a defesa das conquistas e avanços civilizacionais que estão na base do Modelo Social Europeu, constitui um elemento chave da solidariedade à escala europeia.

4. TRATADOS PELA AUSTERIDADE E PELA PRIVATIZAÇÃO

4.1. Com o ciclo vicioso da austeridade permanente inscrito nos Tratados europeus, a desobediência é condição essencial para Portugal poder retomar um caminho soberano em que as escolhas da sua população estejam no centro das políticas económicas, das opções fiscais, do bem-estar e da justiça social.

4.2. Esta desobediência deve estender-se ao TTIP que já paira sobre a Europa como um espectro. Na ânsia de acumular dividendos, prepara-se em segredo um tratado com os EUA que inviabilizará políticas progressistas, nivelará os direitos sociais por baixo, privatizará o que resta do Estado social e colocará a soberania dos Estados nas mãos de tribunais arbitrais privados a que as multinacionais podem recorrer sempre que entenderem que há uma decisão política que as prejudica.

4.3. Acresce que as medidas de precaução instauradas na Europa sobre a produção e comercialização de alimentos transgénicos não são acompanhadas pelo quadro legislativo norte-americano. Este será provavelmente hegemónico na liberalização absoluta deste tipo de produtos sem a necessária informação ao consumidor e muito menos mecanismos de controlo público às empresas produtoras da agro-indústria.

*Se o combate aos tratados austeritários tem de ser uma das prioridades da esquerda, hoje soma-se-lhe o **TTIP que é provavelmente o maior ataque à democracia e à soberania dos povos.** Contra o secretismo dos bastidores e a inevitabilidades das relações de forças internacionais, só uma enorme mobilização europeia e norte-americana poderá conter este projeto irresponsável.*

5. VIRAR O PAÍS DO EMPOBRECIMENTO DE PERNAS PARA O AR

5.1. Apesar do ataque aos direitos laborais e a "flexibilização" terem sido iniciados por governos do PS, a crise financeira e a política da troika encontraram-se com a vontade incendiária da coligação de direita em ir mais além na austeridade. **Conhecemos assim o maior ataque de décadas aos direitos** do trabalho, à educação, saúde e segurança social, assim como à alienação de estruturas fundamentais a nível social e económico.

5.2. A coberto da crise, **deu-se o maior processo de transferência de rendimentos do trabalho para o capital da história recente do país** e instalou-se uma situação de desemprego massivo e de precariedade generalizada, que atinge hoje cerca de um terço da força de trabalho, mais de metade na população jovem e que expulsa para a emigração parte significativa da população. Por outro lado, a austeridade foi pretexto para incutir uma visão moralizadora do trabalho, presente em grande parte nas medidas de protecção social, visando minorizar quem está em situação de desemprego ou pobreza,

e disciplinar força de trabalho.

5.3. Os donos de Portugal, empreendedores da subsidiodependência e promotores da modernização conservadora, lucram com a crise como antes tinham, na sequência da adesão à União Europeia, beneficiado do desmantelamento de sectores de produção essenciais, do abate da frota pesqueira do país, da redução dos apoios à agricultura através da PAC, do agravamento das assimetrias entre o Litoral e o Interior, "em favor" de uma terceirização da economia concentrada nos grandes centros urbanos.

Torna-se essencial pensar um modelo económico alternativo, uma industrialização que conjugue modelos de organização da produção mais justos social e ecologicamente. A esquerda deve, portanto, assumir o compromisso de defender um programa socialista para virar o país do empobrecimento ao contrário e para semear a esperança, assim como o objetivo estratégico de inverter a relação de forças entre trabalho e capital.

6. UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA SEMEAR A ESPERANÇA

O BE apresenta como tarefas imediatas:

- referendar o Tratado Orçamental com o objetivo de restaurar a democracia nas escolhas europeias;
- renegociar os tratados europeus que configurem a dependência de Portugal de instituições e poderes não eleitos democraticamente;
- promover a mobilização internacional contra o TTIP e um referendo no país e, se este for bloqueado, um amplo processo de consulta pública cidadã;
- sair da NATO e acabar com as missões militares portuguesas;
- acabar com o Frontex e todos os mecanismos de vigilância sobre xs imigrantes em nome da liberdade total de circulação;
- regularizar xs imigrantes, promover o direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos, sociais, culturais, económicos;
- reestruturar a dívida pública com o expurgo da

sua componente ilegítima, alongando maturidades, baixando juros e cortando no principal;

- exercer o direito constitucional de resistência a todas as medidas que configurem um ataque a direitos fundamentais, nomeadamente às das camadas da população mais fragilizadas;
- devolver os cortes nos salários da função pública e dos pensionistas;
- nacionalizar o essencial: energia, água, saúde, educação, transportes e respetivas infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos e a grande distribuição de bens essenciais;
- estabelecer o controlo público da banca intervencionada pelo Estado como instrumento para garantir o acesso a crédito para pequenas e médias empresas responsáveis pela criação de emprego;
- planear uma política de industrialização que garanta o equilíbrio ambiental, corresponda a necessidades sociais e favoreça alternativas energéticas ao padrão dos combustíveis fósseis;
- realizar uma reforma fiscal com controlo dos capitais;
- diminuir a carga fiscal nos rendimentos do trabalho;
- diminuir o IVA nos bens de primeira necessidade;
- aumentar imediatamente o salário mínimo para 550€ com retroativos desde Maio de 2014 e para 700€ em 2016;
- estabelecer um programa de emergência para combater o desemprego, defender a contratação coletiva combatendo a lógica da condicionalidade presente em medidas de protecção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- dinamizar um programa de reabilitação urbana centrado nas pessoas, que combata a gentrificação e a especulação imobiliária;
- apresentar medidas para combater a desertificação do interior garantindo investimento e criação de emprego;
- regionalização para estabelecer entidades regionais eleitas diretamente e com controlo dos fundos comunitários, adequando a sua utilização às necessidades de desenvolvimento das regiões com transparência.

7. JUNTAR FORÇAS NÃO É UM EXERCÍCIO IMPOSSÍVEL

7.1. **Este programa é só um começo para continuar o combate.** Um programa é um compromisso, não é uma declaração de autossuficiência. Um programa é um mapa de encontros possíveis e necessários para fazer a política mudar de bases. Por isso, o debate sobre alianças não pode ser reduzido a uma questão de tudo ou nada, nem limitado à discussão da sua forma governamental.

7.2. **Juntar forças não deve ser reduzido a uma arma eleitoral,** não se pode esgotar apenas nos apelos mediáticos ou declarações de intenções, deve ser um esforço permanente e multiforme para nos encontrarmos em pontos diferentes, com pessoas diferentes, por períodos diferentes.

7.3. Assim, **o BE trabalhará para estabelecer alianças de geografia variável e de temporalidades diversas.** Torna-se urgente hoje a criação de uma frente social anti-austeridade e contra a destruição de serviços públicos.

7.4. Nesta discussão, **o BE precisa de se afastar do fetiche silencioso do PS,** consciente que uma aliança de governo exige condições programáticas que nenhum dos dois partidos pode resolver: o PS realmente existente tem um projeto social-liberal que não se enquadra com o do Bloco. O que não quer dizer que não se devam desdenhar convergências pontuais ou mobilizações conjuntas.

8. PARTIDO DAS SOLIDARIEDADES

8.1. O debate sobre alianças não é um debate sobre arranjos ou o encaixe de organizações. **A aliança fundamental do Bloco é a aliança da solidariedade ativa e transformadora** que faz a diferença concreta na vida de cada um e cada uma, a aliança com quem promove a transformação da subjetividade humana, com as dos setores e estratos sociais mais afastados pela política.

8.2. **O BE necessita de recuperar os espaços políticos** dxs jovens sem futuro, dxs que emigram e dxs que, por cá, vão sobrevivendo, desempregadx, precárix, reformadx, e de todxs que, pelas dificuldades do quotidiano e falta de esperança, deixaram de se poder empenhar na construção de projetos coletivos.

8.3. Perante a dificuldade de alcançar os sectores desfavorecidos da sociedade, devemos **avançar no esforço da construção da auto-organização,** através da criação de coletivos capazes de organizar respostas às mais básicas necessidades. Este é o coração do Bloco como partido das solidariedades.

8.4. **Estes coletivos devem focar-se nas áreas mais atingidas** pelos ataques. Onde centros médicos fecharam, dar atenção médica a todxs, independentemente do seu rendimento, género, etnicidade, sejam legais ou consideradas "ilegais"; organizar coletivos agrícolas, que estabeleçam mercados de comida sem intermediários; coletivos culturais, capazes de mostrar outras realidades e levantar debate sobre a sociedade; criar redes que permitam impedir despejos; estreitar a relação com associações e comissões de moradores.

8.5. Construir o Bloco como partido das solidariedades será um caminho demasiado ousado e inovador? Quer a estratégia de acumulação de forças do Syriza, quer a mobilização que tornou o Podemos um fenómeno político incomparável, têm como suporte um trabalho de base assente numa estratégia de apoio à auto-organização e de militância extremamente ativa e participativa nos movimentos sociais, sem controlo e manipulação.

8.6. É nessa **solidariedade e na militância numa relação horizontal e de confiança com os ativistas no campo social,** que se pode construir a unidade de lutas contra o sistema capitalista. Sem glorificar modelos, é preciso aprender como enraizar um projeto capaz de construir uma maioria social, tendo em conta as condições da situação portuguesa.

8.7. Construir o Bloco como partido das solidariedades

será um caminho de desistência face à destruição do Estado Social? Antes pelo contrário, é responder agora, sem ficar à espera do colapso do Estado Social. A auto-organização fortalece a luta, não a enfraquece. A prática da solidariedade é essencial para destruir a narrativa oficial da crise económica e do individualismo enquanto resposta: **não basta afirmar que os problemas coletivos não podem ser resolvidos individualmente, é preciso praticar esta ideia, construindo alternativas.**

8.8. **Daí que o partido das solidariedades seja o melhor antídoto contra o afastamento entre discurso político e vida concreta,** contra a institucionalização, a permanência redutora nas lógicas hegemónicas de (des)fazer política. Assim como contra a desconfiança e o sectarismo porque o socialismo só consegue viver imerso na pluralidade das lutas dos movimentos sociais.

8.9. **O partido das solidariedades é a melhor forma de ultrapassar o desligamento entre militâncias política e social** e entre diversas áreas de intervenção. Ele pretende, nada mais nada menos, transformar as nossas vidas, sair do ciclo vicioso da desmobilização a que a crise nos levou, organizar, fortalecer as lutas populares, passar à ofensiva.

8.10. Para isto acontecer **é necessário inverter a pirâmide.** O BE tem de ser um partido cujo esforço militante não se esgota na autoconstrução imediata, na propaganda do partido, nas campanhas eleitorais. O BE tem de ser, na sua representação pública, o espelho das suas múltiplas intervenções e lutas, inclusivamente – e sem medos ou ocultações táticas – as que são socialmente percecionadas como marginais. O BE tem de construir as políticas alternativas com base no ativismo, reforçando modelos de decisão sem hierarquias ou dirigismo, numa cultura coletiva de responsabilidade, solidariedade e redistribuição. **O partido das solidariedades tem de ser movimento.**

Por tudo isto, o Bloco assume-se como um movimento de múltiplos ativismos e que multiplica ativismos, sem hierarquia de lutas. Não descurando as estruturas da

democracia representativa e as tribunas mediáticas, é necessária a consciência de que é tão importante ter propostas e discurso radical, como é implementar práticas radicais.

9. REINVENTAR A DEMOCRACIA E A MILITÂNCIA

9.1. Para passar à ofensiva, **é preciso reinventar a democracia interna e a militância no Bloco.** A percepção de um partido vítima de várias cisões e enfraquecido pelas sucessivas derrotas eleitorais dificulta este caminho. O otimismo que levou o Bloco de vitória em vitória, foi substituído pelas derrotas eleitorais, a depressão organizativa, a saída de correntes e militantes individuais e uma tensão interna paralisante.

9.2. A quebra da “hegemonia partilhada” entre as correntes fundadoras não significou tanto clareza nas escolhas políticas como deu lugar a uma guerra entre tendências travada nos meios de comunicação social. E, mesmo antes dos acontecimentos mais recentes, já se tinha instalado uma cultura de acantonamentos internos em torno do fantasma do inimigo interno que sacrificou o debate.

9.3. Mas as dificuldades encontram-se, sobretudo, a montante. Em primeiro lugar, a crise do Bloco é a **crise de um partido anticapitalista num período de refluxo** face à destruição de direitos sociais básicos.

9.4. Em segundo lugar, **a crise do Bloco é uma crise de esperança.** O Bloco surgiu no mapa político português como a esperança de uma nova forma de fazer política, o partido-movimento radical – antissistema – que vocalizava as exigências dos movimentos sociais e as traduzia em proposta legislativa. Dentro e fora do parlamento, o Bloco era um partido diferente.

9.4.1. Hoje, a esperança está bloqueada, **o Bloco perdeu criatividade e arrojo, e é visto como um “partido igual aos outros”.**

9.4.2. **A insistência na estratégia eleitoralista** de disputa dos "sectores mais progressistas do PS" tem sido incapaz de atrair e convencer os sectores progressistas do eleitorado tradicional ao mesmo tempo que afasta aqueles que se identificavam com a radicalidade do Bloco. No dilema em que se colocou, o BE é visto como demasiado fora do sistema político para conseguir a confiança de quem está dentro e como demasiado dentro do sistema para atrair quem se sente de fora.

9.4.3. Esta escolha implicou **a procura constante de construir uma imagem de partido com capacidades governativas** que moldou o BE. A mediatização e institucionalização tornaram-se no centro da sua atuação política.

9.4.4. **Os sucessivos e pouco claros discursos sobre um "governo de esquerda"** tiveram também o efeito colateral de refrear a identidade e cultura radical do Bloco, deixando pelo caminho a irreverência e a criatividade que ficaram relegadas a pecados da juventude que não tinham espaço na política a sério.

9.5. Em terceiro lugar, **a crise do BE é resultado de um processo de centralização excessiva** das decisões políticas em que, por exemplo, Comissão Política e Secretariado funcionam como substitutos da Mesa Nacional. Esta centralização levou à alienação de forças militantes.

9.5.1. **O Bloco profissionalizou a sua direção**, o que influenciou negativamente os espaços de participação e militância, e ficou dependente do carisma de deputadxs e do mediatismo garantido através dos meios de comunicação da burguesia.

9.5.2. O problema não está na existência de elementos profissionalizados mas na **mistura da profissionalização com a centralização**, na pouca cultura de debate, na persistência da lógica da "hegemonia partilhada" entre correntes que implicou um acordo pelo controlo do aparelho e dependência organizativa relativamente ao pequeno grupo profissionalizado.

9.5.3. Desta forma, os processos de gestão e partilha de poderes começaram a transformar-se num dos mecanismos de controlo. A definição da agenda e a escolha dos quadros para os lugares de direção nacional, de direções intermédias ou responsabilidades sectoriais inscreveram-se nesta **lógica de acordo de cúpulas das correntes maioritárias**, à revelia da tomada coletiva de decisão. E muitos dxs que sonharam estar a construir um partido anticapitalista de massas passaram a sentir que vivem num partido de espectadorxs.

9.6. Estas escolhas implicaram uma **desvalorização do trabalho sectorial** que afastou do BE pessoas que continuam ativas no movimento social e afastou o BE de visões distintas e mais próximas da realidade diária das pessoas. Por outro lado, a confusão entre trabalho autárquico e intervenção local, tem limitado parte do trabalho local à intervenção autárquica quando não há implantação real e presença continuada.

Reinventar a democracia e a militância é fundamental para fortalecer o Bloco de dentro para fora e para conseguir abrir o diálogo com xs zangadxs da política para quem o Bloco não deve desistir de falar. Para mobilizar aqueles que votam protestando e os que protestam não votando, é necessário praticar uma democracia de alta intensidade, aprofundando os mecanismos de participação e agilizando a circulação da informação relevante. O BE precisa de se transformar numa ampla rede de participação, fazendo proliferar espaços de debate transversal e generalizado nas diversas escalas.

10. MOVIMENTAR O BLOCO

10.1. **As estruturas de base devem estabelecer áreas de porosidade com a sociedade**, abrir-se aos simpatizantes, criando mecanismos regulares de diálogo com não aderentes, enquanto ponto de partida para uma visão alargada da sociedade e para a construção de propostas políticas partilhadas e participadas.

10.2. **Os órgãos de base e intermédios devem ter**

autonomia política na definição da estratégia e capacidade de iniciativa política, sem prejuízo de uma articulação com a agenda nacional.

10.3. **Os grupos de trabalho devem ajudar o BE a recuperar o sentido da resposta política de médio prazo** envolvendo-se em campanhas políticas de longo fôlego.

10.4. Incentivar a **criação de núcleos locais e de empresa** de forma a fortalecer a militância e a dinamização de actividades em diferentes localidades.

10.5. O BE deve **criar um grupo internacionalista** capaz de aproveitar e partilhar as análises políticas e sociais de movimentos sociais e partidos ao nível global. Assim como estabelecer redes de contactos internacionais não ditadas por conjunturas eleitorais ou limitadas ao GUE e ao PEE.

10.6. **O Bloco deve encontrar mecanismos de participação para quem se viu obrigado a emigrar** mas quer manter laços. Ao êxodo causado pela crise, o BE terá de responder com formas de integração na sua vida interna que correspondam a essa realidade.

10.7. **Os critérios para contratação devem ser transparentes**, para além da confiança política, devem contemplar a capacidade política e não devem ser nunca subordinados a nenhuma condição de pertença a qualquer sensibilidade e/ou tendência.

10.8. **Os salários devem ser iguais e a sua tabela pública.** Funcionárixs que desempenham as mesmas tarefas devem ganhar o mesmo salário e todos os salários de funcionárixs devem ser públicos como o são as remunerações dxs nossxs eleitxs.

10.9. **É necessária uma reestruturação de quadros profissionais:** a decisão de investir mais na luta fora dos "Parlamentos" não acontecerá sem uma aposta da estrutura. Isto significa que os distritos e concelhias ganhem quadros capazes de dar apoio aos grupos de ativistas e de estabelecer uma ponte entre os problemas concretos e as instituições em

que estamos representados.

10.10. **O BE criará uma página de internet onde disponibilizará toda informação** sobre tabelas remuneratórias e número de funcionárixs, descontos de deputadxs para o BE ou outras instituições, contas de campanha e orçamentos detalhados.

10.11. **Eleitxs do Bloco deverão redobrar esforços para conciliar a sua atividade institucional com a constante presença na rua**, ao lado de quem sofre as consequências da crise.

10.12. **O programa eleitoral das próximas eleições legislativas deve resultar de um amplo processo de construção participativa** dentro e fora do BE.

10.13. **O Bloco deve voltar à prática da rotatividade** em cargos de representação e em cargos de contratações internas. A rotatividade de funcionárixs deve ser transversal e aquelxs que desempenham funções de assessoria devem exercê-las dentro dos limites fixados no quadro das limitações de mandatos.

10.14. O BE deve fortalecer o debate interno não antagonista criando um **boletim interno** editado regularmente.

10.15. Para fazer da diversidade força, o BE deve voltar a privilegiar o papel da Mesa Nacional e, tal como acontece em todos os órgãos de direção do partido (MN, Distritais e Concelhios), **a Comissão Política e o Secretariado devem ser eleitas segundo o princípio da proporcionalidade.** A composição dos órgãos deve refletir a diversidade das opções e orientações estratégicas em debate.

10.16. O Bloco deve não só **instituir estatutariamente a limitação de mandatos** para os cargos eletivos de direção política como para os cargos de representação.

10.17. Porque a questão da coordenação não se cinge a uma discussão sobre protagonistas e sua capacidade mediática, **o BE deve assumir um sistema coletivo de porta-vozes.** A comunicação

e a intervenção no dia-a-dia devem ser partilhadas pelos membros da CP dada a natureza coletiva da direção política que queremos.

Movimentar o BE será portanto: direccionar-se para os sectores mais afetados pela crise e excluídxs da política; fomentar o arrojo e a criatividade que brotam da organização de base, num modelo organizativo aberto e participativo; combater as opressões, procurando contribuir para a organização desses sectores; dinamizar coletivos para a criação de uma cultura anticapitalista, ecologista, antirracista, anti-homofóbica e feminista; trabalhar no enraizamento nos locais de trabalho, em sindicatos, comissões de trabalhadorxs e movimentos sociais.

PROMOTORES

Vila Real - Carlos Ermida Santos, 7126
 Viseu - Daniela Fernandes, 6770
 Braga - Luís Ribeiro, 3457
 Porto - Marta Calejo, 5274
 Porto - Nuno Moniz, 4327
 Aveiro - Pedro Rodrigues
 Coimbra - Irina Castro, 6797
 Leiria - Alex Gomes, 2803
 Lisboa - Lídia Fernandes, 425
 Lisboa - João Carlos Louçã, 240
 Setúbal - Emília Gomes
 Évora - José Viana
 Alemanha - Catarina Príncipe, 3418
 Brasil - Rodrigo Rivera, 3451
 Açores - Néelson Fraga, 1168

SUBSCRITORES

Adão Isaque Moreira, 10162, Porto
 Adriana Lemos 9768, Porto
 Afonso Jantarada, 10708, Lisboa
 Agostinho Moreira Ferreira, 10153, Porto
 Albano Manuel Campos Sousa 10380 Porto
 Albertina Pena, 263, Lisboa
 Alexandra Marques Espiridião Oliveira, 957, Évora
 Alexandra Sofia Freire, 4455, Aveiro
 Alexandre Nunes Cunha, 9201, Leiria
 Amália Maria Marques Espiridião de Oliveira, 956
 Évora
 Américo de Almeida Campos, 9572, Porto
 Ana do Carmo, 687, Lisboa
 Ana Gomes Branco, 9901, Lisboa
 Ana Júlia Ganço Filipe, 9902, Brasil
 Ana Martins, 6425, Lisboa
 Ana Sofia Novais, 10130, Leiria
 Ângela Fernandes, 925, Lisboa
 António Alves Vieira, 10928, Porto
 António de Jesus Ribeiro, 10903, Porto
 António Fernando da Silva Rocha, 10904, Porto
 António Rodrigues, 677, Lisboa
 Arnaldo Pata, 1640, Setúbal
 Carla Príncipe Santos Leal, 3459, Porto
 Carlos Albano Brito Esteves Martins, 8427, Porto
 Carlos Carujo, 101, Lisboa
 Carlos Manuel Moreira Ribeiro, 10373, Porto

Cidália Maria Moreira da Rocha, 10909, Porto
 Cidália Vanessa Santos Moreira, 10908, Porto
 Clara Alexandre, 1980, Viseu
 Clara Amaro, 9773, Lisboa
 Dalila Teixeira, 9740, Porto
 Diogo Parreira, 9748, Évora
 Eduardo Grelo, 757, Setúbal
 Elias Moreira Alves, 10899, Porto
 Elisabete Figueiredo, 9036, Aveiro
 Érica Almeida Postiço, 5155, Lisboa
 Faustino Ferreira Campos, 10157, Porto
 Fernando Felisberto Oliveira Ribeiro Leal, 10902, Porto
 Fernando Moreira, 10146, Porto
 Fernando Pedro Santos, 6900, Lisboa
 Francisco Silva, 3489, Lisboa
 Gabriela Oliveira, 3868, Açores
 Henrique Gil, 1093, Lisboa
 Hugo Ferreira, 6444, Aveiro
 Hugo Miguel Oliveira Dias, 187, Brasil
 Inês Grilo, 9776, Coimbra
 Inês Ribeiro Santos, 5334, Lisboa
 Isabel Cristina de Barros Ferreira, 10906, Porto
 Isabel Louçã, 2780, Lisboa
 Isabel M^a Pires Galego Simões Marques Atalaia, 9770,
 Lisboa
 Ismael Varanda, 9725, Aveiro
 Jaime Ferreira dos Santos, 10152, Porto
 Joana Caspurro, 10648, Évora
 Joana da Conceição Cruz Campos Júnior, 10381, Porto
 Joana Seabra, 10859, Porto
 João Azevedo, 2778, Lisboa
 João Manuel Oliveira, 7051, Lisboa
 João Pedro Santos, 9393, Setúbal
 Joaquim Moreira de Almeida, 10161, Porto
 Joaquim Santos Leal, 10952, Porto
 José Alfredo Carneiro Teixeira Viana, 1887, Évora
 José António Guerra, 1032, Setúbal
 José Augusto Ramos Pinto, 10951, Porto
 José Belmiro Moreira Sousa, 10379, Porto
 José Manuel Dias, 7667, Évora
 José Maria Soares, 4641, Leiria
 Laurindo da Silva, 10386, Porto
 Leonardo Costa, 9739, Porto
 Leonardo Silva, 3888, Setúbal
 Luís Filipe Pires, 1026, Lisboa
 Luís Gabriel Lopes de Almeida Campos, 10159, Porto

Mafalda Almeida, 10550, Leiria
Mamadou Ba, 2126, Lisboa
Marco Tito Gaspar, 3178, Viseu
Marcos Filipe Magalhães Teixeira, 10154, Porto
Maria Clara Ribeiro Amaro, 9773, Lisboa
Maria da Graça de Figueiredo Pacheco, 771, Lisboa
Maria de Fátima Ferreira dos Santos, 10167, Porto
Maria Emilia Gomes , 567, Setúbal
Maria Inês Moreira Bessa, 10155, Porto
Maria José Martins, 623, Lisboa
Maria José Samora, 502, Lisboa
Maria Justina, 1028, Lisboa
Maria Luísa Lopes, 6711, Porto
Maria Rosa Santos Moreira, 10900, Porto
Mariana Penha Ferreira Vieira, 9422, Lisboa
Mariana Santos, 8061, Lisboa
Mi Martinho Guerreiro, 8469, Lisboa
Miguel Batista, 4007, Porto
Miguel Peixoto, 2089, Viseu
Mónica Filipa Coelho Ferreira, 10384, Porto
Patricia Pataco, 10278, Leiria
Patrícia Santos, 3170, Viseu
Paula Gil, 9189, Lisboa
Paulo Coimbra, 1449, Lisboa
Paulo de Sousa e Castro, 246, Porto
Paulo Fernando Ribeiro Santos, 10901, Porto
Paulo Fernando Teles Lemos e Silva, 170, Porto
Paulo Jorge Moreira da Rocha, 10905, Porto
Paulo Martins, 607, Lisboa
Pedro Feijó, 6438, Lisboa
Pedro Miguel Moreira Rodrigues, 2155, Aveiro
Pedro Santos Costa, 770, Lisboa
Ricardo Duarte, 7632, Açores
Ricardo Sá Ferreira, 6790, Bélgica
Roberto Robles, 6453, Setúbal
Ruben Rodrigues, 10522, Lisboa
Samuel Cardoso, 9828, Lisboa
Sandra Paiva, 10024, Lisboa
Sérgio Cerqueira, 6590, Lisboa
Sérgio Vitorino, 663, Lisboa
Sofia Gomes, 5421, Chile
Susana Cristina Lopes de Almeida Campos, 10166 ,
Porto
Tiago Braga, 10930, Porto
Tomás De Sá Fernandes Aleixo Nunes , 10764, Lisboa
Vítor Fonseca, 2356, Lisboa